

# PDS não aceita "toque de caixa"

GIVALDO BARBOSA



Badaró

O líder do PDS no Senado, Murilo Badaró, conclamou ontem a que o Congresso se recuse a votar "a toque de caixa" as medidas econômicas propostas pela Nova República, obrigando, assim, o Governo a editá-las por decreto-lei e, em consequência, assumindo "total responsabilidade por suas implicações".

Badaró acusou o PMDB de estimular o aumento de impostos quando, nos últimos 10 anos, dizia que os governos de então impunham ao País "a maior carga fiscal de todos os tempos, que dava ao Brasil a possibilidade de ser colocado no "Guinness Book" como um recordista mundial dos impostos, das taxas e dos tributos em geral".

E acrescentou, referindo-se ao "pacote econômico":

— Está o nosso glorioso Partido do Movimento Democrático Brasileiro propondo um aumento de tributos. Tudo aquilo que foi dito sobre a carga fiscal maior do mundo já não vale mais nada; passou-se uma borraça sobre o passado.

Murilo Badaró também deu ênfase ao fato de se pressionar o Senado para votar, em apenas três dias, um "pacote econômico" da maior gravidade para o País. Do mesmo modo, desejar-se que se vote em oito dias o projeto do vale-transporte ou o Plano Nacional de Informática, ou em 36 horas a Convenção 87 sobre liberdade sindical que, na Câmara, levou 36 anos para ser aprovado.

Na opinião do líder do PDS, todos esses fatos, que agridem a responsabilidade de um Poder Legislativo, eram severamente criticados, no passado, por um PMDB que esqueceu suas pregações e agora cria, para votações "a toque de caixa", um novo tipo de "decurso de prazo".

## MEDIDAS URGENTES

O senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), em aparte ao líder pedessista, observou que a reformulação econômica pretendida pelo Governo era "dramaticamente urgente". Não podia aguardar até março, quan-

do termina o recesso parlamentar que se inicia a 6 de dezembro próximo. Trazia soluções para problemas prementes, cabendo ao Congresso aceitá-las ou não. E sugeriu que o PDS devia pleitear a convocação extraordinária do Congresso, interrompendo o recesso, pela conveniência de um debate mais prolongado sobre as novas medidas econômicas.

Também em aparte, o senador Virgílio Távora (PDS-CE) — que juntamente com Roberto Campos foi incumbido pelo PDS de estudar as novas medidas econômicas — concordou com o seu líder e criticou como aética a decisão do Governo de, num fim de mês, alterar o processo de cálculo da inflação que, pela Fundação Getúlio Vargas, chegaria em novembro a mais de 14% e, pelo IBGE, foi baixado para menos de 12%. O senador Luiz Cavalcante (PFL-AL) também criticou tal alteração, lembrando que os técnicos do IBGE — demissíveis *ad nutum* — não têm a independência dos técnicos da FGV. O senador Jilson Barreto (SC) — que recentemente deixou o PMDB pelo PDT — definiu como "uma desfaçatez do ministro Dilson Funaro" a alteração do cálculo inflacionário, usurpando economias de poupadores.

Pela liderança do PMDB, falou o senador Humberto Lucena, defendendo o Governo e definindo como injustas e descabidas as críticas dirigidas ao presidente José Sarney.